

- 3. Propostas a apresentar à assembleia geral pelo órgão de administração (artigo 289º, n.º 1, alínea c), do Código das Sociedades Comerciais)**

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Assembleia Geral Anual

de 31 de Março de 2015

Ponto n.º 1 da Ordem de Trabalhos

PROPOSTA

O Conselho de Administração, em cumprimento do estabelecido no artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe que a Assembleia delibere sobre o relatório de gestão, as contas, individuais e consolidadas, e demais documentos de prestação de contas da sociedade relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Lisboa, 13 de Março de 2015.


Pelo Conselho de Administração,

EL

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Assembleia Geral Anual

de 31 de Março de 2015

Ponto n.º 9 da Ordem de Trabalhos

PROPOSTA

Considerando:

- A. O regime jurídico aplicável à aquisição e alienação de ações próprias por sociedades anónimas estabelecido nos artigos 316º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais;
- B. A inexistência de qualquer proibição, nos estatutos da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., doravante Fidelidade ou Sociedade, quanto à aquisição e alienação de ações próprias, nos casos previstos na lei e dentro dos limites nela fixados;
- C. O disposto no Regulamento (CE) n.º 2273/2003 da Comissão Europeia, de 22 de Dezembro de 2003, que estabeleceu um regime especial contendo, designadamente, requisitos de isenção do regime geral de abuso de mercado para certos programas de recompra de ações próprias, que deve ser tido em conta ainda que as aquisições de ações próprias a realizar possam não estar integradas nos programas de recompra abrangidos pelo referido Regulamento;

Propõe-se que a Assembleia Geral delibere:

1. Autorizar a Comissão Executiva da Fidelidade a proceder à aquisição e alienação de ações próprias da Sociedade, doravante Ações Próprias.
2. Aprovar a aquisição, pela Fidelidade, de Ações Próprias, incluindo direitos à sua aquisição ou atribuição, sujeita a decisão da Comissão Executiva nos seguintes termos:
 - a. **Número máximo de ações a adquirir:** até ao limite de 16.860 ações representativas de 0,0139% do capital social da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., doravante Fidelidade;
 - b. **Prazo durante o qual a aquisição pode ser efetuada:** dezoito meses, a contar da data de aprovação da presente proposta;

- c. **Pessoas a quem as ações serão adquiridas:** as ações serão adquiridas a quem as haja comprado no quadro Oferta Pública de Venda ("OPV") de Ações da Fidelidade, reservada a trabalhadores, no âmbito do processo de privatização do setor segurador da CGD, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de junho, e nos termos previstos no anexo II da Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2013, de 30 de agosto, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013, de 9 de dezembro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 56-A/2014, de 25 de setembro.
- d. **Modalidades de aquisição:** A aquisição de ações será feita a título oneroso, em qualquer modalidade, fora de mercado regulamentado, ou em mercado regulamentado, se assim for entendido e caso as ações representativas do capital social da Fidelidade estejam, então, admitidas à negociação, devendo, em qualquer dos casos, a aquisição ser efetuada com respeito pelo princípio da igualdade de tratamento dos acionistas nos termos legais aplicáveis;
- e. **Contrapartidas mínima e máxima da aquisição:** o preço de aquisição onerosa terá como limites máximo e mínimo, respetivamente, 120% e 105% sobre o valor de € 9,62 (nove euros e sessenta e dois cêntimos) por ação, sendo o pagamento feito no momento da liquidação da operação de aquisição.
3. Autorizar a Comissão Executiva da Fidelidade a alienar Ações Próprias, incluindo direitos à sua aquisição ou atribuição, que hajam sido adquiridas pela Fidelidade, nos seguintes termos:
- a. **Número mínimo de ações a alienar:** o número de operações de alienação e o número de ações a alienar serão definidos pela Comissão Executiva, à luz do que, em cada momento, for considerado adequado ou conveniente, nomeadamente, para a prossecução do interesse social ou para o cumprimento de obrigações decorrentes da lei ou de contrato, compreendendo-se nos atos de alienação a atribuição de opções de compra de ações no quadro de planos de opções que possam existir e que hajam sido aprovados pelos órgãos competentes;
- b. **Prazo durante o qual a alienação pode ser efetuada:** dezoito meses, a contar da data de aprovação da presente proposta;
- c. **Modalidades de alienação:** com sujeição aos termos e limites imperativamente definidos na lei, a alienação de Ações Próprias, ou direitos de aquisição ou atribuição de ações, pode ser realizada a título oneroso, em qualquer modalidade, com respeito pelo princípio da igualdade de tratamento dos acionistas nos termos legais aplicáveis, mediante transação concretizada fora de mercado regulamentado ou em mercado regulamentado, se assim for entendido e caso as ações representativas do capital social da Fidelidade estejam, então, admitidas à negociação;
- d. **Preço mínimo:** as Ações Próprias podem ser alienadas a um preço mínimo correspondente ao preço da sua aquisição pela Fidelidade.
- e. **Momento da alienação:** a determinar pela Comissão Executiva, à luz do que, em cada momento, for considerado adequado ou conveniente, nomeadamente, para a prossecução do interesse social ou para o cumprimento de obrigações decorrentes da lei ou de contrato, podendo efetuar-se por uma ou mais vezes nas proporções que o aludido órgão fixar.

Lisboa, 13 de Março de 2015.

Pelo Conselho de Administração,